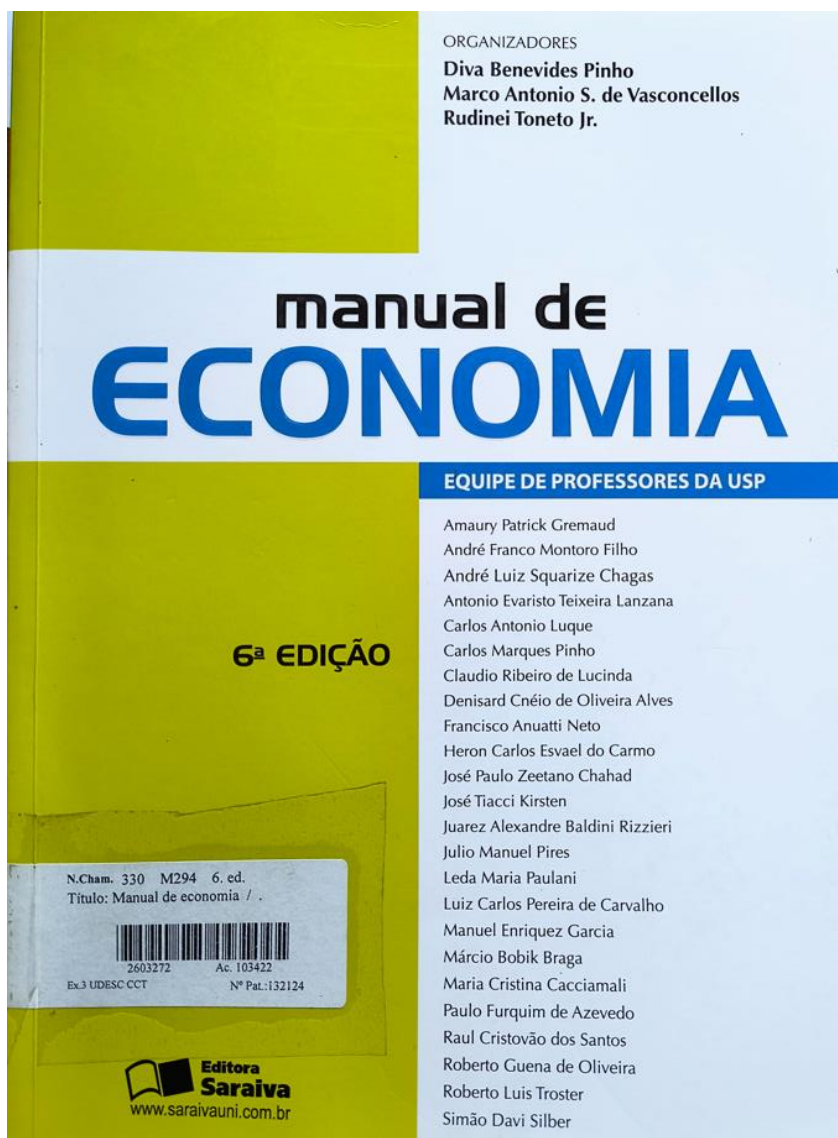


PADRÃO_DE_RESPOSTAS_PS_06_2025

PROVA_ESCRITA_GESTÃO_ECONÔMICA

QUESTÃO 1



um preço marginal de reserva superior ao preço de mercado serve de estímulo para que o consumidor aumente a quantidade comprada da mercadoria. Por isso, sempre que o consumidor adquirir uma quantidade inferior a q_0 , ele estará sendo estimulado a aumentar o seu consumo, pois para qualquer consumo inferior a q_0 , conforme podemos observar na Figura 6.6, o preço marginal de reserva é superior ao preço de mercado, p_0 . Por sua vez, se o preço marginal de reserva for inferior ao preço de mercado, então, isso indicará que o consumidor está pagando por algumas unidades consumidas mais do que o máximo que ele estaria disposto a pagar por elas, e, portanto, que o consumidor está sendo estimulado a reduzir o consumo da mercadoria. Assim, se o consumidor estiver comprando uma quantidade superior a q_0 , ele deverá reduzir o seu consumo, pois, para quantidades superiores a q_0 , o preço marginal de reserva será inferior ao preço de mercado p_0 , conforme podemos observar novamente na Figura 6.6. Quando o preço marginal de reserva for exatamente igual ao preço de mercado, então, o consumidor não terá incentivo nem para aumentar nem para diminuir seu consumo, pois ele já estará comprando todas as unidades pelas quais estaria disposto a pagar um preço maior ou igual ao preço praticado no mercado e não estará comprando nenhuma unidade com preço superior àquele que ele estaria disposto a pagar. Assim, na Figura 6.6, consumindo uma quantidade q_0 , o consumidor não tenderia a aumentar nem a diminuir o seu consumo. Por isso dizemos que, nesse ponto, o consumidor atingiu o seu equilíbrio. Nossa conclusão pode ser expressa em linhas gerais da seguinte maneira:

Equilíbrio do consumidor: ocorre quando a quantidade consumida é aquela em que o preço marginal de reserva é igual ao preço efetivo de mercado.

Excedente do consumidor: diferença entre o que o consumidor está disposto a pagar e o que ele efetivamente paga por uma mercadoria.

O **equilíbrio do consumidor** será atingido quando a quantidade consumida for aquela para a qual o preço marginal de reserva será igual ao preço efetivo de mercado.

6.1.3 O excedente do consumidor

Retornemos agora à Figura 6.5. Já vimos que se o preço de mercado da barra de chocolate fosse igual a R\$ 1,50, a nossa criança consumiria apenas três barras de chocolate por semana. Pela primeira barra estaria disposta a pagar R\$ 4,00. Mas ela só paga R\$ 1,50. A diferença entre esses dois valores representa o ganho ou a vantagem que essa criança leva ao consumir a primeira barra de chocolate. Chamamos esse ganho de excedente do consumidor decorrente do consumo da primeira barra de chocolate.

O excedente do consumidor é a diferença entre o que o consumidor está disposto a pagar e o que ele efetivamente paga por uma mercadoria.

Na Tabela 6.1 abaixo, calculamos o excedente do consumidor decorrente do consumo da segunda e da terceira barra de chocolate, assim como a soma dos excedentes decorrentes de cada barra consumida.

TABELA 6.1

Cálculo do excedente do consumidor.

Barra (1)	Preço marginal de reserva (2)	Preço de mercado (3)	Excedente (2) - (3)
1ª	4	1,50	2,50
2ª	3	1,50	1,50
3ª	2	1,50	0,50
Excedente do consumidor (total)			4,50

Nessa tabela percebemos que o consumo da primeira barra gera um excedente do consumidor de R\$ 2,50, que o consumo da segunda barra gera um excedente de R\$ 1,50 e que o consumo da terceira barra gera um excedente de R\$ 0,50, e o excedente do consumidor total, isto é, a soma dos excedentes gerados individualmente por barra é igual a R\$ 4,50. Esse valor mede o benefício ou a vantagem líquida que a criança obtém ao consumir as três barras de chocolate pelo preço de R\$ 1,50 a barra.

Os resultados que acabamos de obter também podem ser representados graficamente. Na Figura 6.5, a área da parte da coluna acima da linha de preço (cinza-escuro) representa o excedente do consumidor gerado por barra de chocolate consumida. A medida da área cinza do gráfico representa o excedente total do consumidor.

Quando estivermos supondo que a quantidade consumida pode sofrer variações muito pequenas, isto é, quando estivermos representando a relação entre quantidade e preço marginal de reserva em um gráfico de linha (Figura 6.6), o excedente do consumidor será dado pela área do gráfico abaixo da curva de demanda e acima da linha de preço, isto é, no caso da Figura 6.6, pela área cinza.

6.2 ■ A TEORIA DA ESCOLHA

A ideia inerente à **teoria da utilidade** de que podemos de alguma maneira medir o nível de satisfação ou prazer decorrente do consumo de uma mercadoria pode parecer para muitos bastante irreal. Não pretendemos aqui entrar em uma discussão filosófica sobre o realismo ou irrealismo da teoria da utilidade. Todavia, podemos nos perguntar se é possível uma teoria do consumidor que, sem lançar mão de tal ideia, consiga explicar a relação de demanda?

A resposta a essa pergunta é afirmativa. Ao tentar explicar decisões de consumo envolvendo a compra de diversas mercadorias, os economistas acabaram desenvolvendo um instrumental que tornou a noção de utilidade supérflua. Chamaremos aqui, na ausência de melhor nome, essa nova teoria de teoria da escolha.

Antes de começarmos, vale a pena chamar a atenção para uma simplificação que fizemos ao tratar da teoria da utilidade. Quando utilizamos o exemplo de uma criança que consome chocolate, negligenciamos o fato de que o prazer que essa criança obtém ao consumi-lo não depende apenas da quantidade consumida. Por exemplo, se a nossa criança não tem acesso ao consumo de nenhum outro tipo de doce que não seja o chocolate, então, nesse caso, o consumo de uma barra de chocolate vai trazer-lhe uma utilidade adicional muito maior do que traria caso ela já consumisse diversos tipos de doces.

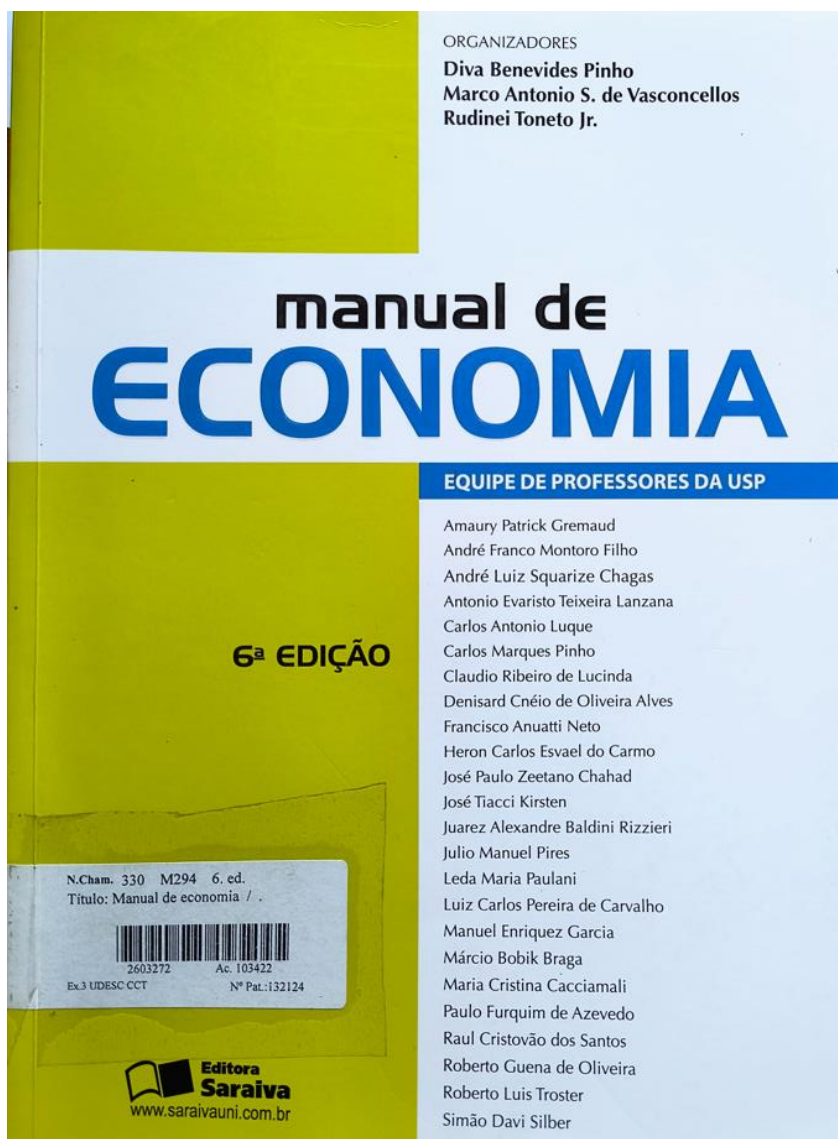
Podemos dizer que a nossa análise adotou uma hipótese *coeteris paribus*, pois estudamos como varia a utilidade do consumo de chocolate *desde que o consumo de todos os outros bens permaneça constante*.

Para compreender a teoria da escolha, precisaremos abandonar a hipótese *coeteris paribus*. Isso porque essa teoria pretende explicar como o consumidor decide quanto vai consumir de cada uma das diversas mercadorias. Todavia, para que uma apresentação gráfica da teoria seja possível, lançaremos mão de uma hipótese simplificadora: vamos supor que existam apenas duas mercadorias — alimentação e vestuário.

Teoria da utilidade:

possibilita medir o nível de satisfação ou prazer decorrente do consumo de uma mercadoria.

QUESTÃO 2



Outra contribuição igualmente importante do estudo da assimetria de informações foi o conceito de **seleção adversa**. O tipo de problema agora enfocado não mais se refere ao comportamento pós-contratual, mas sim à adesão ou não a determinada transação. Um mercado que possui diferentes qualidades de bens, e essa é uma informação privada de uma das partes, tende a ser ineficiente à medida que as transações desejadas em um mundo de informação perfeita não se realizam. Resumidamente, o mecanismo de seleção adversa elimina do mercado os produtos de boa qualidade porque o vendedor não consegue convencer o comprador sobre a qualidade do produto. Da parte do vendedor, a transação só é interessante se o valor a ser recebido for maior ou igual ao valor do bem, dado em função da qualidade do bem e da informação privada do vendedor. O comprador, por sua vez, não podendo avaliar a qualidade do bem, não pode simplesmente comparar valor e qualidade. Como alternativa, o comprador compara o valor a ser pago com a qualidade esperada. Se um bem for de alta qualidade, o vendedor, ciente disso, exigirá alto valor para a transação. O consumidor, no entanto, ignorante quanto à qualidade do bem, aceita pagar um valor correspondente à qualidade esperada, que, por definição, é inferior ao valor de um bem de alta qualidade. Consequentemente, somente os bens de qualidade inferior seriam comercializados.

A solução para um problema de seleção adversa é conhecida como **sinalização**. O vendedor agiria de modo que provesse o comprador de informações confiáveis a respeito do bem — como certificados de qualidade ou garantia —, atenuando a assimetria de informações e, como consequência, o problema de seleção adversa. O exemplo clássico para esse fenômeno é o mercado de carros usados, no qual a qualidade é variável e dificilmente observável de forma apropriada.

Para os adeptos dessa abordagem, a organização das firmas e dos mercados é muitas vezes desenhada para dar conta de problemas como risco moral e seleção adversa. Como exemplo, a remuneração do funcionário (agente), de acordo com a produtividade, é uma solução para o fato de seu patrão (principal) não ser capaz de observar seu empenho no trabalho (um caso de risco moral com ação oculta). Assim, um modo de induzir o trabalhador a um empenho maior é remunerá-lo de acordo com sua produtividade.

A teoria da agência presta-se também para a formulação de estratégias diversas das firmas. Por exemplo, frequentemente o esforço de marketing atende ao propósito de eliminar a assimetria informacional entre firma e seus consumidores. A criação de uma marca de conhecimento dos consumidores informa sobre a qualidade do produto. Em outras palavras, a marca sinaliza ao consumidor aspectos da qualidade do produto, atenuando o problema de seleção adversa.

9.4.5 Teoria evolucionista

A incerteza sobre o comportamento das variáveis econômicas muitas vezes impede a ação racional dos agentes econômicos. Em um ambiente marcadamente incerto não é possível prever acontecimentos relevantes ou mesmo as consequências das ações de cada um. É esse o tipo de ambiente que trabalha a teoria evolucionista, tendo como importante referência Nelson & Winter (1982) e, mais longinquamente, Schumpeter.

Em um ambiente de incerteza — como aquele em que o progresso tecnológico é intenso —, os agentes procuram desenvolver formas organizacionais que permitam a tomada de decisão sem o conhecimento das variáveis relevantes.

Seleção adversa:

mecanismo que elimina do mercado os produtos de boa qualidade porque o vendedor não consegue convencer o comprador sobre a qualidade do produto.

Sinalização: o vendedor age de modo que proveja o comprador de informações confiáveis a respeito do bem.

QUESTÃO 3



3. Por que, no curto prazo, a produção acaba apresentando rendimentos marginais decrescentes no que diz respeito ao trabalho?
4. Você é um empregador interessado em preencher uma posição vaga em uma linha de montagem. Será que estaria mais preocupado com o produto médio ou com o produto marginal do trabalho da última pessoa contratada? Caso observe que o produto médio está começando a diminuir, você deveria contratar mais funcionários? O que tal situação significaria em termos do produto marginal do último funcionário contratado?
5. Qual é a diferença entre uma função de produção e uma isoquanta?
6. Defrontando-se com condições que mudam constantemente, por que uma empresa teria *algum* interesse em manter algum insumo fixo? O que determina se um insumo é fixo ou variável?
7. As isoquantas podem ser convexas, lineares ou em forma de L. O que cada uma dessas formas lhe diz sobre a natureza da função de produção? E sobre a TMST?
8. Uma isoquanta pode ser uma curva ascendente? Explique.
9. Explique o termo "taxa marginal de substituição técnica". O que uma $TMST = 4$ significa?
10. Explique por que a taxa marginal de substituição técnica tende a diminuir à medida que o trabalho é substituído pelo capital.
11. É possível obter, ao mesmo tempo, rendimentos decrescentes para um único fator de produção e rendimentos constantes de escala. Discuta.
12. Uma empresa poderia ter uma função de produção que exibisse rendimentos crescentes de escala, rendimentos constantes de escala e rendimentos decrescentes de escala, à medida que a produção aumentasse? Discuta.
13. Dê um exemplo de processo produtivo no qual o curto prazo envolva um período de um dia ou uma semana e o longo prazo envolva qualquer período com duração superior a uma semana.

EXERCÍCIOS

1. O cardápio na cafeteria de Joe consiste em vários tipos de café, salgadinhos, doces e sanduíches. O produto marginal de um funcionário adicional pode ser definido como o número de clientes que podem ser servidos pelo funcionário em dado período. Joe só tem um empregado, mas está pensando em contratar mais dois. Explique por que o produto marginal do segundo e do terceiro funcionário pode ser mais alto que o do primeiro. Por que é de se esperar que o produto marginal dos funcionários adicionais diminua?
2. Suponha que um fabricante de cadeiras esteja produzindo no curto prazo (com uma fábrica e equipamentos preexistentes). Conforme o número de funcionários, o fabricante observou os seguintes níveis de produção:

Número de funcionários	Número de cadeiras
1	10
2	18
3	24
4	28
5	30
6	28
7	25

- a. Calcule o produto marginal e o produto médio do trabalho para essa função de produção.
- b. Essa função de produção apresenta rendimentos decrescentes de escala para o trabalho? Explique.
- c. Explique, de acordo com sua opinião, qual poderia ser a razão de o produto marginal do trabalho se tornar negativo.

3. Preencha os espaços em branco na tabela a seguir.

Quantidade de insumo	Produto total	Produto marginal do insumo variável	Produto médio do insumo variável
0	0	—	—
1	225		
2			300
3		300	
4	1.140		
5		225	
6			225

4. Durante uma campanha de reeleição, o gestor de determinada candidatura precisa decidir se veiculará propagandas na televisão ou enviará correspondências para potenciais eleitores. Descreva a função de produção para os votos da campanha. De que modo as informações a respeito dessa função (por exemplo, o formato das isoquantas) poderiam ajudar o gestor a planejar sua estratégia?
5. Para cada um dos exemplos seguintes, desenhe uma isoquanta representativa. O que pode ser dito sobre a taxa marginal de substituição técnica em cada caso?
 - a. Uma empresa pode contratar apenas funcionários para trabalhar em período integral ou alguma combinação de funcionários de período integral e de meio período. Para cada funcionário de período integral que deixa o emprego, a empresa deve contratar um número crescente de funcionários para manter o mesmo nível do produto.
 - b. Uma empresa descobre que pode sempre trocar duas unidades de trabalho por uma unidade de capital, mantendo o mesmo nível de produção.

- b. Uma redução de impostos de \$ 2.500 significa um aumento de renda no valor de \$ 2.500. Para podermos calcular a reação da demanda a essa redução de impostos, utilizamos a definição da elasticidade-renda no arco: $E_R = (\Delta Q / \Delta R)(\bar{R} / \bar{Q})$. Sabemos que $E_R = 0,5$; $R = 25.000$; $\Delta R = 2.500$ e que $Q = 4.000$. Obteremos então ΔQ : $0,5 = (\Delta Q / 2.500)[(25.000 + 27.500) / 2] / (4.000 + \Delta Q / 2)$. Como $\Delta Q = 195$, ela aumenta o consumo em alimentação de 4.000 para 4.195 unidades.
- c. Em sua última curva de indiferença, ela opta pelo consumo de 2.738 unidades de alimento (por \$ 10.952) e pelo gasto de \$ 19.048 em todas as outras formas de consumo. Ao preço original de \$ 2 pelo alimento, essa combinação teria custado a ela $2.738 \times \$ 2 + \$ 19.048 = \$ 24.524$. Portanto, ela ainda teria \$ 476 adicionais para gastar com alimentação ou outro tipo de consumo e estaria mais satisfeita do que antes.
13. a. A curva da demanda é uma linha reta com um intercepto vertical em $P = 15$ e um ponto de interseção com o eixo horizontal em que $Q = 30$.
- b. Se não houvesse pedágio, o preço P seria 0, de tal modo que $Q = 30$.
- c. Se o pedágio fosse \$ 5, então $Q = 20$. A perda em excedente do consumidor é a diferença entre o excedente do consumidor, quando $P = 0$, e o excedente do consumidor quando $P = 5$, ou seja, \$ 125.

CAPÍTULO 4 — APÊNDICE

1. A primeira função de utilidade pode ser apresentada como uma série de linhas retas. A segunda, como uma série de hipérbolas no quadrante positivo; e a terceira, como uma série de "L". Apenas a segunda função de utilidade satisfaz a definição da curva da indiferença estritamente convexa.
3. A equação de Slutsky é $dX/dP_x = \partial X/\partial P_x|_{U=U^0} - X(\Delta X/\Delta R)$, onde o primeiro termo representa o efeito substituição e o segundo termo, o efeito renda. Com esse tipo de função de utilidade, o consumidor não substitui um bem pelo outro quando os preços variam e, portanto, o efeito substituição é zero.

CAPÍTULO 5

2. Os quatro estados mutuamente exclusivos são apresentados na Tabela 5 a seguir.

	Congresso aprova tarifa	Congresso não aprova tarifa
Taxa de crescimento lento	Estado 1: crescimento lento com tarifa	Estado 2: crescimento lento sem tarifa
Taxa de crescimento rápido	Estado 3: crescimento rápido com tarifa	Estado 4: crescimento rápido sem tarifa

4. O valor esperado é $VE = (0,4)(100) + (0,3)(30) + (0,3)(-30) = \$ 40$. A variância é $s^2 = (0,4)(100 - 40)^2 + (0,3)(30 - 40)^2 + (0,3)(-30 - 40)^2 = 2.940$.
8. Calcule a utilidade esperada da riqueza sob as três opções. A riqueza é igual aos \$ 250.000 iniciais mais

o que se conseguir plantando milho ou investindo no ativo financeiro seguro. A utilidade esperada sob a opção segura, considerando que a riqueza inicial é de \$ 250.000, é $E(U) = (250.000 + 200.000(1 + 0,5))^{0,50} = 678,23$. A utilidade esperada com o milho normal é: $E(U) = 0,7(250.000 + (500.000 - 200.000)^{0,50}) + 0,3(250.000 + (50.000 - 200.000)^{0,50}) = 519,13 + 94,87 = 614$.

A utilidade esperada com o milho resistente à seca é: $E(U) = 0,7(250.000 + (500.000 - 250.000)^{0,50}) + 0,3(250.000 + (350.000 - 250.000)^{0,50}) = 494,975 + 177,482 = 672,46$.

A opção com a maior utilidade esperada é a alternativa segura de não plantar milho.

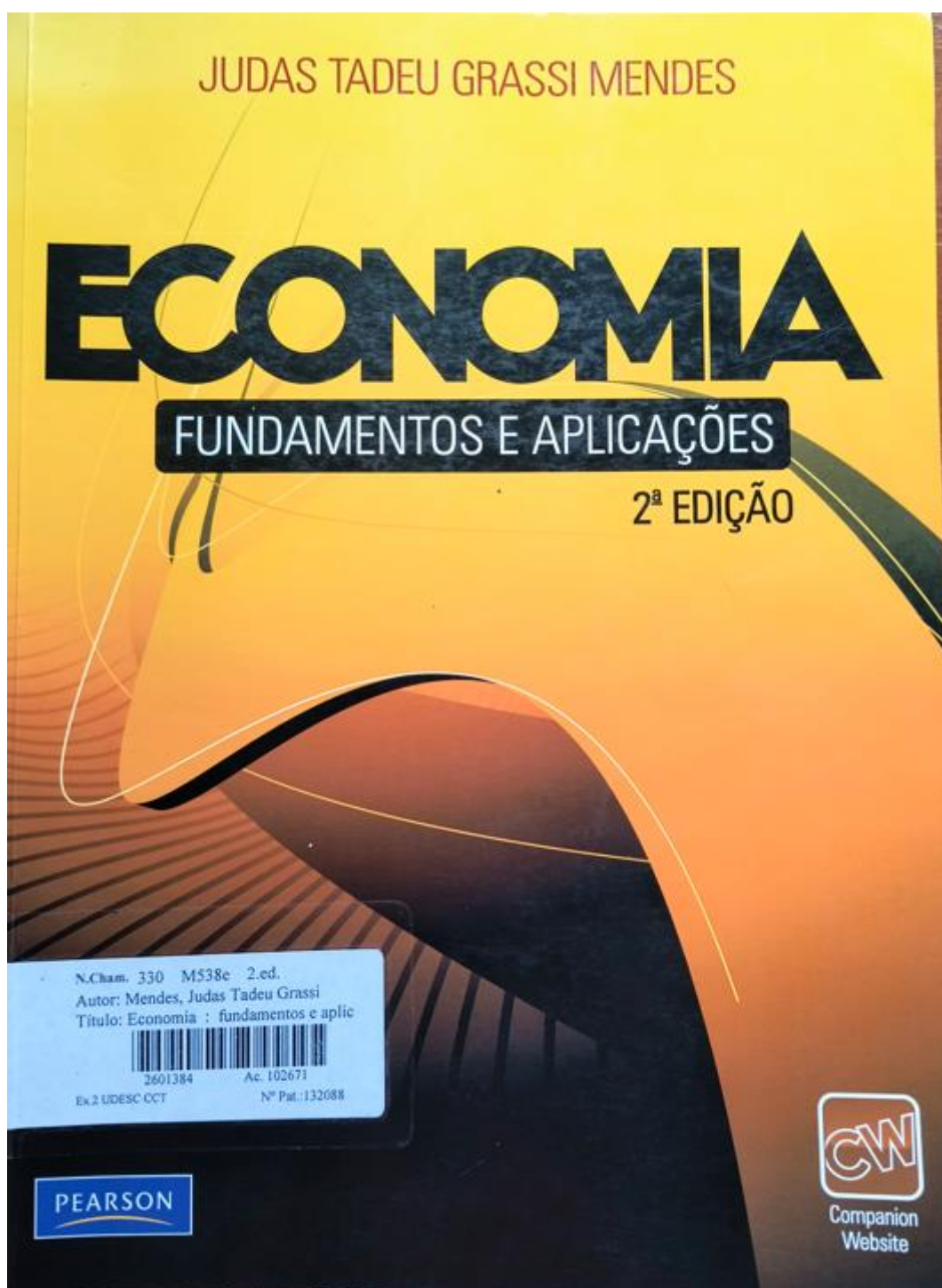
CAPÍTULO 6

2. a. O produto médio do trabalho (PMe) é igual a Q/L . O produto marginal do trabalho (PMg) é igual a $\Delta Q/\Delta L$. Os cálculos relevantes são apresentados na tabela a seguir:

L	Q	PMe	PMg
0	0	---	---
1	10	10	10
2	18	9	8
3	24	8	6
4	28	7	4
5	30	6	2
6	28	4,7	-2
7	25	3,6	-3

- b. Esse processo produtivo apresenta rendimentos decrescentes para a mão de obra, o que é característico de todas as funções de produção dotadas de apenas um insumo fixo. Cada unidade adicional de mão de obra produz um aumento menor de produção do que a unidade anterior.
- c. O produto marginal negativo da mão de obra pode surgir em decorrência de uma superlotação ocorrida na fábrica do produtor de cadeiras. À medida que mais trabalhadores utilizam os mesmos recursos fixos de capital, eles passam a tropeçar uns nos outros, diminuindo assim a quantidade produzida.
6. Não. Se os insumos são substitutos perfeitos, as isoquantas serão lineares. No entanto, para calcular a inclinação da isoquanta, e consequentemente a TMST, precisamos saber a qual taxa um insumo pode ser substituído por outro. Sem o produto marginal de cada insumo, não podemos calcular a TMST.
8. a. Suponha que Q_1 seja a quantidade produzida pela Disk, Inc., Q_2 a quantidade produzida pela Floppy, Inc., e X represente as quantidades iguais de capital e de trabalho para as duas empresas. Então temos: $Q_1 = 10X^{0,5}X^{0,5} = 10X^{0,5+0,5} = 10X$, e $Q_2 = 10X^{0,4}X^{0,6} = 10X^{0,4+0,6} = 10X$. Pelo fato de $Q_1 = Q_2$, ambas as empresas geram a mesma produção com os mesmos insumos.
- b. Com o capital fixado em 9 unidades de máquinas, as funções de produção se tornam: $Q_1 = 30L^{0,5}$ e $Q_2 = 37,37L^{0,4}$.

Questão 4



pelas seguintes fontes: ICMS com mais de 23% do total; Imposto de Renda com cerca de 20%; INSS em torno de 17%; Cofins com mais de 12%; IPI com 5% e CPMF com 5% — juntos, esses seis tipos de tributos são responsáveis por mais de 80% da receita total.

Em 2008, considerando também todos esses tributos, o total global arrecadado nas três esferas públicas ultrapassou R\$ 1 trilhão, podendo-se dizer que a cada dia daquele ano o setor público brasileiro absorveu algo como R\$ 3 bilhões. Desse montante, o governo federal ficou com uma receita líquida total (excluindo as restituições, incentivos fiscais e transferências para estados e municípios) de R\$ 583,5 bilhões, da qual, deduzida a despesa total de R\$ 497 bilhões (sem incluir os R\$ 162 bilhões para os juros), restou um superávit primário de R\$ 71,4 bilhões. Considerando os governos regionais (estados e municípios) e as estatais, esse superávit primário chegou a R\$ 118 bilhões, que foram insuficientes para cobrir os R\$ 162 bilhões destinados aos juros.

Ao longo da década de 1990, houve praticamente um aumento contínuo no percentual da carga tributária bruta no Brasil. No final da década de 1980, essa carga estava em torno de 21,2% do produto interno bruto. A partir de 1999, ela ultrapassou 30% do PIB, segundo as Contas Nacionais do IBGE. Atualmente, seu percentual está em torno de 36% do PIB. Isso significa que a cada R\$ 100,00 gerados de riqueza no Brasil, os governos ficam com R\$ 36, o que é um absurdo. A repartição dessa receita varia em torno de: 63% para a União, 24% para os estados e 13% para os 5.564 municípios.

Fazendo uma comparação da tributação sobre o consumo, a remuneração do trabalho e o lucro do capital no Brasil e nos países desenvolvidos, constata-se que o consumo e a remuneração do trabalho são relativamente mais tributados no Brasil que em países ricos, os quais têm impostos maiores sobre o lucro do capital (Tabela 8.1). Cabe ressaltar que a tributação sobre o consumo no Brasil é responsável por quase 70% da arrecadação tributária do país e atinge as camadas mais pobres da população, que gastam a maior parcela de seus rendimentos em bens e serviços.

Curva de Laffer: alíquota versus arrecadação

Os especialistas em ciências sociais e jurídicas têm procurado mostrar que há uma relação entre as alíquotas (taxas) de impostos e o volume total arrecadado pelos governos. Essa relação é conhecida como curva de Laffer, em homenagem ao economista Arthur Laffer, por ter iniciado estudos nessa área. A Figura 8.1 mostra uma clássica relação entre as alíquotas dos impostos em uma economia e a arrecadação tributária do governo. À taxa zero de alíquota, o governo não arrecada nada. À medida que a alíquota aumenta, a arrecadação também aumenta, mas há limites, ou seja, existe uma determinada alíquota (t_{max}) que garante uma arrecadação máxima. Para alíquotas superiores à t_{max} , a arrecadação passa a decrescer. Por exemplo, para a alíquota t_0 , o volume de recursos arrecadados pelo governo seria menor (apenas A_0). Acredita-se que a principal razão disso é o estímulo à sonegação e/ou evasão fiscal e o desestímulo às atividades produtivas, quando as alíquotas são excessivamente elevadas.

TABELA 8.1

Comparação percentual da tributação no Brasil e em países desenvolvidos — 2007

TRIBUTAÇÃO SOBRE	BRASIL	PAÍSES DESENVOLVIDOS
Consumo	22,4	12,6
Remuneração do trabalho	25,2	32,8
Lucro do capital	11,8	38,4

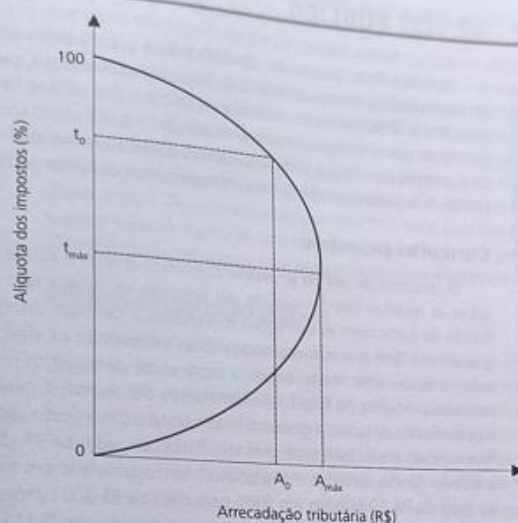
Fonte: Unafisco Sindical.

Os seis principais tributos do Brasil (ICMS, IR, INSS, Cofins, IPI e CPMF) respondem por mais de 80% da receita total.

A distribuição da receita tributária no Brasil é a seguinte: 63% para a União, 24% para os 27 estados e 13% para os 5.564 municípios.

FIGURA 8.1

Curva de Laffer

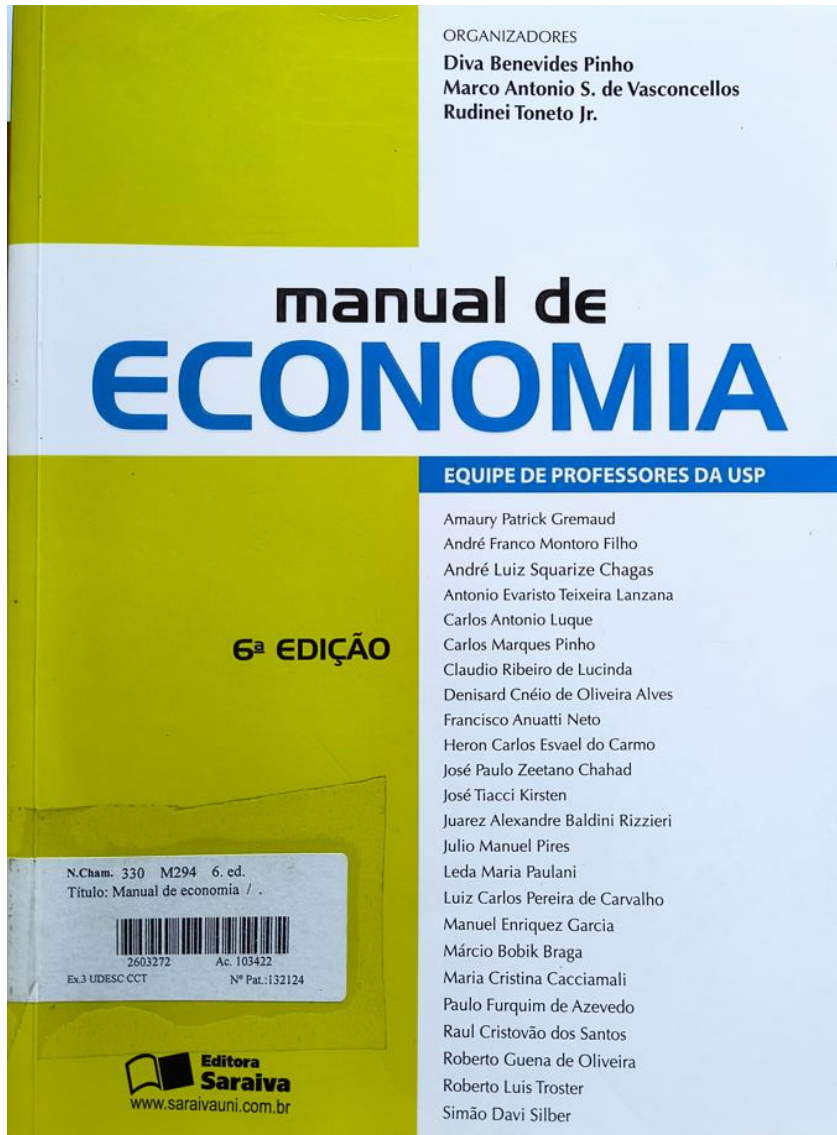


Nos períodos de inflação elevada, há outro efeito sobre as receitas públicas, conhecido como *efeito Olivera-Tanzi*, que ocorre como consequência do fato de haver uma defasagem entre o momento da geração do imposto e o de seu efetivo recolhimento. Como há um tempo, que pode ser de dias ou até meses, a inflação reduz o valor real do imposto a ser arrecadado pelo governo, embora seu valor nominal permaneça o mesmo, e isso prejudica as finanças públicas, provocando déficits, cujo conceito será abordado na Seção 8.2.

A carga tributária no Brasil

1. Talvez nenhuma variável econômico-fiscal no Brasil tenha aumentado tanto nos últimos anos como a da carga tributária: de um patamar de 21,2% do PIB, no final da década de 1980, para cerca de 36% atualmente.
2. Quando se compara nossa situação tributária com a de outros países, chega-se a duas situações: a carga brasileira é relativamente alta em relação à dos demais países, tanto os desenvolvidos (com 24% de seus PIBs) quanto os da América Latina, cuja maioria tem taxas ao redor (ou abaixo) de 20% do PIB.
3. Conforme já foi mencionado, a carga tributária brasileira é concentrada em poucos tributos — em apenas seis, que contribuem com mais de 80% do valor total arrecadado.
4. A incidência de tributos sobre bens e serviços é muito mais acentuada que sobre a renda e o patrimônio, ao contrário do que ocorre nos países mais ricos.
5. A estrutura tributária é fortemente marcada pelos 'impostos em cascata', que, cobrados diversas vezes ao longo da cadeia produtiva, provocam aumentos nos custos de produção e redução da competitividade dos produtos brasileiros no exterior. Em parte, isso explica por que ainda exportamos tão pouco (algo como US\$ 200 bilhões por ano), enquanto a China já ultrapassa US\$ 1 trilhão por ano).

Questão 5



Apesar desses problemas, a política de estabilização continuou sendo aprimorada, principalmente a partir do segundo mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso. Além da adoção do câmbio flutuante e do sistema de metas de inflação, houve um grande avanço na política fiscal, primeiro com obtenção de **superávits primários**^a (o chamado **tripé metas de inflação-câmbio flutuante-superávit primário**), e posteriormente com a criação da **Lei de Responsabilidade Fiscal** em 2000, que estabeleceu limites quantitativos para as despesas e endividamento da União, Estados e Municípios.

Desde a criação do Plano Real, a única ocasião na qual a inflação saiu do controle foi em 2002, em função das eleições presidenciais. O favoritismo do candidato do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva, provocou uma grande saída de recursos financeiros do país ("corrida ao dólar"), levando a uma forte desvalorização do real (dólar passou de cerca de 1,20 para quase quatro reais). A consequência foi o aumento dos custos (em reais) dos produtos importados, que foram repassados para preços — o chamado **pass through**, ou **repasso cambial**. A taxa de inflação, medida pelo IGP-DI^b voltou a alcançar dois dígitos (26,41%). Temia-se que o novo Governo implementasse as medidas radicais propostas pelo PT, como moratória das dívidas interna e externa, reestatização de empresas públicas privatizadas no governo anterior (Telebrás, Embraer, Vale do Rio Doce etc.), o que poderia levar o país a grande instabilidade econômica e provável volta da inflação.

Mas isso acabou não ocorrendo, pois o novo governo não alterou a política monetária e cambial do governo anterior, mantendo o tripé metas de inflação-câmbio flutuante-superávit primário, bem como a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dessa forma, com a manutenção dos principais fundamentos de política econômica a partir do Plano Real, e com os benefícios proporcionados pelo espetacular crescimento da economia mundial desde 2003, impulsionado principalmente pela China e Índia, o Brasil vem conseguindo cumprir aqueles que são os objetivos principais de política econômica: estabilização econômica, crescimento da renda e emprego, e melhoria do padrão de vida da população.

17.7 ■ SUPLEMENTO: INFLAÇÃO E DESEMPREGO: A CURVA DE PHILLIPS

Como observado no Capítulo 15, até os anos 1950, o modelo macroeconômico tradicional apresentava uma dicotomia entre o comportamento da economia no pleno emprego e abaixo do pleno emprego. Abaixo do pleno emprego, seguia-se a tradição keynesiana de que os preços eram rígidos e que mudanças no sistema dadas exogenamente afetavam apenas as variáveis reais (emprego, produção). Por sua vez, no pleno emprego, as variáveis reais permaneciam inalteradas, e mudanças exógenas traduziam-se apenas num movimento dos preços.

No entanto, a realidade não mostra uma dicotomia assim tão clara entre variações ou no preço ou na quantidade, observando-se em geral movimentos conjuntos das duas variáveis.

^a Retirando-se do déficit nominal ou total (variação da dívida pública num dado período), o total de juros da dívida pública, obtém-se o superávit primário. Por exemplo, se o déficit nominal for 3% do PIB, os juros 5%, o superávit primário será de 2% do PIB.

^b A inflação oficial, medida pelo IPCA, pela primeira e única vez desde 1996, atingiu mais de um dígito (12,14%). Ver Tabela 17.1.

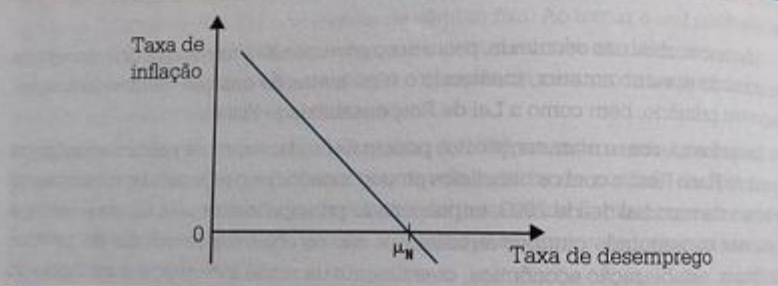
Uma luz importante nesse sentido, que procura resolver essa dicotomia, é a chamada **Curva de Phillips**, que mostra uma relação inversa (um **trade-off**) entre inflação e desemprego. Considerando que o nível de produto está diretamente relacionado ao nível de emprego, ou inversamente ao de desemprego, e sabendo que a inflação corresponde a um aumento no nível geral de preços, a Curva de Phillips fornece-nos um guia sobre o que devemos buscar em termos de modelo de oferta agregada. Se quisermos ganhar mais produto (ou, nos termos da Curva de Phillips, reduzir o desemprego), poderemos obtê-lo, mas em troca teremos também preços mais elevados (mais inflação). Podemos expressar a curva de Phillips como se segue:

$$\pi = -\beta (\mu - \mu_N)$$

onde π é a taxa de inflação, β a elasticidade da inflação em relação aos desvios da taxa de desemprego efetiva μ , em relação à taxa natural de desemprego μ_N (isto é, a taxa de desemprego compatível com o pleno-emprego, provocada pela mobilidade normal da mão de obra). Gráficamente.

FIGURA 17.2

Curva de Phillips original.



Note-se que, quando a taxa de desemprego for igual à taxa natural, a inflação será zero. A inflação será positiva se o desemprego estiver abaixo da taxa natural, e será negativa (deflação) se o desemprego estiver acima.

Outra alteração trazida pela curva de Phillips é que a análise passa a ser considerada em termos de *taxas* (de inflação, desemprego), em vez dos *níveis* (preços, produto) como nos modelos que vimos anteriormente.

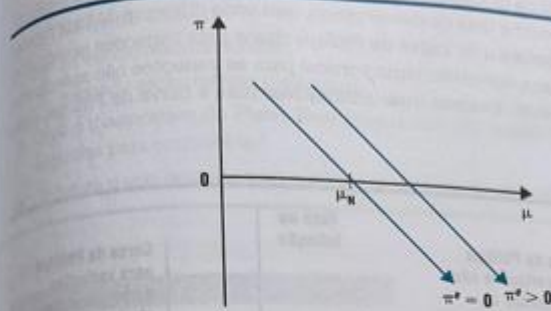
No fim dos anos 1960, começaram a surgir trabalhos enfatizando o papel das expectativas dos agentes, principalmente sobre a inflação esperada. Contestou-se a estabilidade da curva de Phillips, alegando-se que, quando se tem inflação recorrente, os agentes passam a se antecipar à inflação, remarcando seus preços, sem alterar a produção (e, portanto, o emprego). Essa visão deu origem à **versão aceleracionista da curva de Phillips**, que pode ser expressa como se segue:

$$\pi = \pi^e - \beta(\mu - \mu_N)$$

sendo π^e a taxa de inflação esperada. Gráficamente,

FIGURA 17.3

Curva de Phillips: versão aceleracionista.



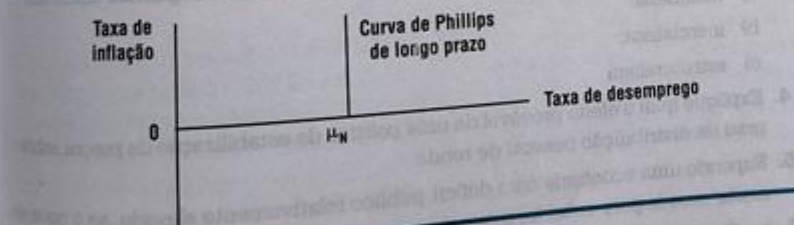
Portanto, a taxa de inflação em dado período depende de quanto os agentes esperam de inflação e do nível de atividade econômica, ou seja, pode ocorrer inflação simplesmente porque os agentes acreditam que haverá inflação no futuro. Isso significa que não existiria um *trade off* estático entre inflação e desemprego, como preconizado originalmente pela Curva de Phillips.

Com a introdução das expectativas, um ponto importante a ser discutido é como os indivíduos a formam. São duas as correntes principais: as chamadas expectativas adaptadas e as expectativas racionais.

De acordo com as **expectativas adaptadas** ou **adaptativas**, a inflação esperada para o próximo período é uma média ponderada da inflação observada nos últimos períodos. Uma implicação importante da hipótese das expectativas adaptativas sobre a análise da curva de Phillips é que a taxa de desemprego sempre tenderia à taxa natural, ou seja, os desvios decorrem de erros nas expectativas, tenderiam a serem corrigidos. Assim, a **curva de Phillips de longo prazo** seria totalmente vertical, como mostra a Figura 17.4.

FIGURA 17.4

Curva de Phillips de longo prazo, com expectativas adaptadas.



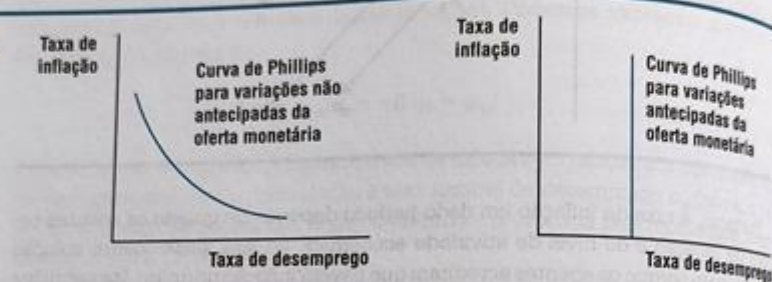
A escola das **expectativas racionais** considera que os agentes não olham somente o passado, mas também as informações disponíveis no presente. Para formar suas expectativas sobre a inflação futura, o indivíduo não incorre em erros sistemáticos, e aprende com os erros passados, incorporando essa informação a suas expectativas.

Implicação importante da hipótese das expectativas racionais sobre a análise da curva de Phillips é que a taxa de desemprego tenderia à taxa natural se os agentes

podem antecipar a política monetária. Caso contrário, a inflação continuaria a relacionar-se negativamente com a taxa de desemprego, que seria diferente da taxa natural. Em outras palavras, teremos uma curva de Phillips típica para variações antecipadas da oferta monetária e uma completamente vertical para as variações não antecipadas da oferta monetária. Assim, teremos duas alternativas para a curva de Phillips, como mostra a Figura 17.5:

FIGURA 17.5

Curvas de Phillips com expectativas racionais.



Com as mudanças ocorridas após a crise do petróleo, nos anos 1970, e o fenômeno da estagflação (inflação com desemprego), consolida-se a tendência iniciada anteriormente de evidenciar o papel das expectativas no comportamento dos agentes econômicos. Particularmente, a escola das expectativas racionais revolucionou a teoria macroeconômica, desenvolvendo a noção de que os agentes econômicos não cometem erros sistemáticos de previsão, pois têm condições de perceber o provável impacto de alterações de política macroeconômica.

QUESTÕES

1. Defina inflação, inflação de demanda e inflação de custos.
2. Explique resumidamente as distorções provocadas por altas taxas de inflação.
3. Aponte as causas da inflação brasileira, de acordo com as seguintes correntes:
 - a) neoliberal;
 - b) inercialista;
 - c) estruturalista.
4. Explique qual o efeito provável de uma política de estabilização de preços sobre o grau de distribuição pessoal de renda.
5. Supondo uma economia com déficit público relativamente elevado, se o governo emitir moeda para cobri-lo, o que deve ocorrer com as taxas de inflação?
6.
 - a. Quais as principais causas de inflação de demanda?
 - b. Que medidas devem ser tomadas para controlar uma inflação de demanda?
7.
 - a. Quais as principais causas de inflação de custos?
 - b. O que vem a ser estagflação?
 - c. Que medidas devem ser tomadas para controlar uma inflação de custo?



Assinaturas do documento



Código para verificação: **CP1G8L99**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ALAN CHRISTIAN SCHMITT em 24/11/2025 às 12:51:50

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:37:42 e válido até 30/03/2118 - 12:37:42.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/VURFU0NfMTlwMjJfMDAwNDQ4OTNfNDQ5MjFmJyAyNV9DUDFH0Ew5OQ==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **UDESC 00044893/2025** e o código **CP1G8L99** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.